

A FLOR MAIS LINDA DO MUNDO DE JOSÉ SARAMAGO: UMA REFLEXÃO SOBRE O “SABER”/”TECER” DA LITERATURA INFANTO JUVENIL

Karina Luiza de Freitas Assunção (PPGEL/ LEDIF /UFU)
karinalfa@gmail.com

“

Resumo: O texto a seguir tem como objetivo analisar os enunciados que emergem no livro **A maior flor do mundo** (2001) do escritor português José Saramago acerca do saber/tecer acerca algumas das características inerentes a literatura infanto juvenil. Com esse intuito pautaremos da análise do discurso de linha francesa que considera o discurso a partir da historicidade que permeia a sua produção, além de ser disperso, ao mesmo tempo é peculiar no sentido de que sua historicidade é única e não se repete. O acontecimento que permeia a produção discursiva também não é algo factual, datado cronologicamente, mas disperso e descontínuo. Além da AD levaremos em conta as considerações de Michel Foucault sobre do saber.

PALAVRAS CHAVE: literatura infanto juvenil; discurso; sujeito; saber.

E se as histórias para crianças
passassem a ser leitura obrigatória para os adultos?
Seriam eles capazes de aprender realmente
o que há tanto têm andando a ensinar?”
(SARAMAGO, 2001, p.30)

Introdução

A reflexão tecida no decorrer do presente texto será pautada na análise do discurso de linha francesa doravante AD que considera o sujeito descentrado, clivado, heterogêneo, apreendido em um espaço coletivo que não é constituído em uma individualidade e sim a partir de uma coletividade que o subjetiva. Dessa forma, o discurso implicará uma exterioridade à língua, pois as palavras ao serem pronunciadas carregam em si aspectos que remetem para o lugar social e histórico no qual o sujeito está inscrito, sendo assim, os discursos estão sempre em movência, pois sofrem a todo o momento alterações decorrentes das mudanças históricas e das transformações sociais.

Pautaremos ainda, nos estudos realizados por Michel Foucault, que tratam da constituição dos sujeitos e como as relações de poder/saber corroboram para a construção de “verdades”. Foucault, em seus textos, menciona que o saber está relacionado com as modificações pelas quais o sujeito sofre no decorrer do processo de conhecer.

A partir desse aparato teórico tomaremos como objeto de análise os enunciados apresentados pelo narrador do livro **A flor mais linda do mundo** (2001) acerca das “qualidades” do texto de literatura infanto juvenil. O objetivo de nossa análise será levantar, através dos enunciados selecionados, os saberes acerca de como deve ser elaborado um texto infanto juvenil, para em seguida discutir os sentidos e conseqüentemente as “verdades” produzidos por eles.

Sujeito, discurso e enunciado

Para a AD o discurso implica uma exterioridade à língua, pois as palavras ao serem pronunciadas carregam em si aspectos que remetem para o lugar social e histórico no qual o sujeito está inscrito. Sendo assim, os discursos estão sempre em movimento, pois sofrem a todo o momento alterações decorrentes das mudanças históricas e das transformações sociais. Como aponta Pêcheux (1990, p.28) discursivamente, na relação entre a língua e seu exterior, a questão teórica a ser colocada é, pois: “a do estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é assim ou não, e x ou y, etc.) e formulações irremediavelmente equívocas.”

Pêcheux (1990) pontua que em um determinado acontecimento discursivo aparentemente estável, temos, em seu interstício, uma discursividade trabalhando, que não tem nada de estável. Deparamos, assim, com lutas e embates que corroboram para a sua constituição, não permitindo assim, uma leitura linear e imanentista.

Para a AD o discurso deve ser considerado como um lugar do não-estável, do não-lógico, do não-aparente. Isso pode ser verificado no seu próprio funcionamento. Ele é produzido historicamente e disperso ao mesmo tempo, é peculiar no sentido de que sua historicidade que é única e não se repete. O acontecimento que permeia a produção discursiva também não é algo factual, datado cronologicamente, mas disperso e descontínuo.

Já o sujeito não é idealizado, individualizado, nem fonte absoluta de seus dizeres e não o reconhecemos por meio dos elementos gramaticais. Sua fala se constitui por um conjunto de vozes sociais, bem como do entrecruzamento de diferentes discursos que remetem para o lugar sociocultural e histórico no qual está inserido. O sujeito tem a ilusão de que possui o domínio sobre seus dizeres, mas isso não passa realmente de uma ilusão, pois quem determina o que pode e vai ser dito é o lugar sóciohistórico no qual o sujeito está inserido.

Para a AD, o que se tem é um sujeito descentrado, clivado, heterogêneo, apreendido em um espaço coletivo, não sendo constituído por uma individualidade e sim a partir de uma coletividade que o subjetiva. De acordo com Fernandes (2005, p.34):

Com isso, afirmamos que o sujeito, mais especificamente o sujeito discursivo, deve ser considerado sempre como um ser social, aprendido em um espaço coletivo, portanto, trata-se de um sujeito não fundamentado em uma individualidade, em um “eu” individualizado, e sim em um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro.

O sujeito não é dado a priori, mas sim constituído a partir de uma exterioridade que está margeada por relações de saberes e poderes. Essas relações são observadas enquanto elementos constitutivos de uma exterioridade e não com o objetivo de serem analisadas por si.

Geralmente, temos a ilusão de que os sujeitos são constituídos como sujeitos através de uma dada “ordem” e quando posicionam frente a determinadas situações, o que enunciam é proveniente somente de si. Entretanto, isso só acontece na teoria, pois na prática é diferente, como observaremos através da análise dos enunciados destacados do livro **A maior flor do mundo** (2001) do escritor português José Saramago.

Portanto, o sujeito é constituído por diversas vozes sociais, que marcam a relação conflituosa que é estabelecida por meio da linguagem. Temos, assim, elementos provenientes da história e da memória permeando o espaço discursivo.

Foucault (2007) afirma que o discurso é uma construção que obedece a determinadas regras devendo ser conhecidas, pois assim vislumbraremos as condições de produção que permearam a sua elaboração. Foucault (2007) apresenta como direcionamento o enunciado que deverá ser analisado com o objetivo de responder a seguinte questão: “segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construído?” (FOUCAULT, 2007, p.30) Dessa forma, a análise do campo discursivo buscará compreender o enunciado em sua individualidade, identificar as disposições de sua existência, demarcar os seus limites e apontar suas relações com outros enunciados. O enunciado, por mais insignificante que seja, não terá o seu sentido esgotado.

Como Foucault, em nossa análise consideraremos os enunciados, dessa forma acreditamos ser de fundamental relevância apresentar a definição de enunciado. Temos consciência da dificuldade, uma vez que Foucault (2007) não o define de forma clara e objetiva, ele menciona aquilo que o enunciado não é, para depois apontar suas particularidades, a partir dessas definições complexas é que nós compreendemos a dinâmica que perpassa a sua constituição.

O enunciado não obedece à estrutura linguística canônica de frase, no entanto, ele pode coincidir com uma frase ou proposição, mas pode ser composta apenas de alguns fragmentos dessas, entretanto, mantém sempre uma relação de dependência da exterioridade que rege a sua produção. Assim, o enunciado para Foucault (2007, p. 98) é:

[...] uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação total ou escrita.

Os enunciados são considerados por Foucault (2007) uma sequência de signos que compõem o discurso e que deverão ser analisados em sua irrupção atentando para suas particularidades de existência, dispersão e descontinuidade, pois elas ajudam a vislumbrar o seu sentido e conseqüentemente os sentidos dos discursos nos quais eles emergem. Ele também não deve ser analisado tomando como referência o seu autor, mas estudando a posição que ele ocupa, pois segundo ele: “significante e significado adquirem assim uma autonomia substancial que assegura a cada um deles isoladamente o tesouro de uma significação virtual; em última análise, um poderia existir sem o outro e pôr-se a falar de si mesmo: o comentário se situa nesse suposto espaço.” (FOUCAULT, 2008, p. XIII)

Para início de reflexão ...

Discutir literatura infanto juvenil não é uma tarefa simples, pois ela apesar de aparentemente apresentar uma constituição simples, não é tão simples assim, inclusive causando divergências entre os estudiosos da área. No presente texto tomaremos como empréstimo as considerações de Goés (1991), pois ela afirma que a literatura infanto juvenil existe desde a época das primeiras mostras artísticas, não estando, entretanto, relacionada com as primeiras impressões dos textos, mas através das primeiras manifestações da linguagem. Ela ainda assevera que a própria condição infantil é motivo de muitas controvérsias, principalmente pelo fato de que ela “não ser passageira, pois a especialização e multiplicação das pesquisas causaram até uma explosão da noção de idade”. (GOÉS, 1991, p.19)

A maior flor do mundo (2001) de José Saramago é um livro que merece uma atenção especial, visto que ele destoa das demais obras saramaguianas, uma vez que é destinado, inicialmente, a um público infantil, e as demais obras desse autor são voltadas para o público adulto e sempre trazendo questões que causam certa polêmica. No entanto, a epígrafe apresentada acima faz parte do livro e chama a atenção para o fato de que não há necessariamente uma regularidade entre leitores de livros infantis, ou seja, livros escritos para crianças podem ser lido pelos adultos e livros para adultos também podem ser lidos por crianças, não havendo assim uma regra predeterminada a ser obedecida.

Entretanto, percebemos que, apesar de ser uma obra destinada ao público infanto juvenil ela traz algumas questões relacionadas com o saber¹/tecer sobre a literaturainfanto juvenil, ou seja, quais são as características inerentes a esse “tipo” de literatura.

Com o objetivo de refletirmos acerca do saber buscaremos subsídios em Michel Foucault que, no decorrer de suas obras, defende a posição de que o sujeito, a partir dos estudos realizados pelas ciências empíricas, do trabalho e da linguagem, tornou-se objeto do saber. Foucault (2007) compreende o saber a partir de quatro aspectos:

- o que podemos dizer a respeito de uma dada prática discursiva;
- o espaço no qual o sujeito localiza-se para discorrer sobre os objetos;
- quais conceitos são mencionados e modificações que sofrem;
- as maneiras de apropriação dos discursos.

Assim, a partir das considerações arroladas sobre o discurso, sujeito, enunciado e saber iniciaremos nossa análise buscando, nos enunciados acerca do saber, ou seja, das “características” inerentes ao texto produzido para crianças levantadas pelo narrador da obra **A maior flor do mundo** (2001), e quais são os sentidos que emergem dessa materialidade discursiva. O fragmento abaixo inicia a história:

As histórias para crianças devem ser escritas com palavras muito simples, porque as crianças, sendo pequenas, sabem poucas palavras e não gostam de usá-las complicadas. [...] Além de ser preciso saber escolher as palavras, faz falta um certo jeito de contar, uma maneira muito certa e muito explicada, uma paciência muito grande — e a mim falta-me pelo menos paciência, do que peço desculpas. (SARAMAGO, 2001, p.1)

Os enunciados “as histórias para crianças devem ser escritas com palavras muito simples”, “sabem poucas palavras” e “certo jeito de contar” apontados pelo sujeito discursivo narrador chamaram a nossa atenção, pois apontam para um saber acerca de como devem ser construídas as histórias para o público infantil. Esse saber emerge nesse enunciados através da memória discursiva que reatualiza enunciados que já foram proferidos em outros momentos históricos e que são tomados por alguns sujeitos como “verdades” acerca do fazer literatura

¹ “Foucault distingue nitidamente o “saber” do “conhecimento”: enquanto o conhecimento corresponde à constituição de discursos sobre classes de objetos julgados cognoscíveis, isto é, à construção de um processo complexo de racionalização, de identificação e de classificação dos objetos independentemente do sujeito que os apreende, o saber designa, ao contrário, o processo pelo qual o sujeito do conhecimento, ao invés de ser fixo, sofre uma modificação durante o trabalho que ele efetua na atividade do conhecer. A análise arqueológica conduzida por Foucault até o começo do século 20 ocupa-se da organização do conhecimento numa época dada e em função de classes de objetos específicos; a análise genealógica que lhe sucede tenta reconstituir a maneira pela qual o saber implica, ao mesmo tempo, uma relação com os objetos de conhecimento (movimento de objetivação) e com o si cognoscente (processo de subjetivação).” (REVEL, 2005, p.77)

infanto juvenil. Os sentidos que margeiam esses discursos apontam para um fazer literário que “deverá” seguir determinadas regras, ou seja, que para termos um texto literário destinado ao público infanto juvenil deveremos seguir essas regras. No entanto perguntamos: será que a tessitura de um texto destinado para esse tipo de público pode ser produzido a partir de uma receita predeterminada? Com intuito de responder essa questão reiteramos as palavras de Goés (1991, p.23) “a criança e o jovem precisam ter o mesmo direito que tem o adulto à recreação, ao prazer da leitura gratuita, ao sonho. E só conseguirá [...] o livro que suscitar o bom gosto, o desejo de superação, que alargar e não estreitas o mundo da criança.” A partir dessas considerações podemos observar que o livro deve, de alguma forma, estimular e ir além do conhecimento prévio da criança. Não é a falta de conhecimento da criança que norteará a produção discursiva da história, mas sim o estímulo que ela trará para o seu leitor. Segue outro fragmento:

Se eu tivesse aquelas qualidades todas, poderia contar, com pormenores, uma linda história que um dia inventei, mas que, assim como a vão ler, é apenas o resumo de uma história, que em duas palavras se diz ... Que me seja desculpada a vaidade se eu até cheguei a pensar que a minha história seria a mais linda de todas as que se escreveram desde o tempo dos contos de fadas e princesas encantadas ... (SARAMAGO, 2001, p.2)

No fragmento acima o enunciado “até cheguei a pensar que a minha história seria a mais linda de todas as que se escreveram desde o tempo dos contos de fadas e princesas encantadas” é interessante, pois retoma a seguinte questão: será que para agradar a criança o texto necessita mencionar obrigatoriamente esses elementos? De acordo com Goés (1991), não existe uma regra predeterminada que estabeleça as normas para o teor do texto, um texto destinado ao público infanto juvenil pode agradar adultos, assim como um texto para adultos pode agradar as crianças. Sendo assim, as histórias não precisam ter “contos de fadas e princesas encantadas” para agradar as crianças. Goés (1991, p. 15) reverbera que “a Literatura Infantil é linguagem carregada de significados até o máximo grau possível e dirigida ou não às crianças, mas que responda às exigências que lhes são próprias.” O fragmento a seguir é um bom exemplo para a afirmação da autora, pois deixa claro discursivamente a liberdade do sujeito discursivo em elaborar seu discurso em termos de significação daquilo que está sendo mencionado na história.

Em certa altura, chegou ao limite das terras até onde se aventurara sozinho. Dali para diante começava o planeta Marte, efeito literário de que ele não tem responsabilidade, mas com a liberdade do autor acha poder hoje aconchegar a frase. Dali para diante, para o nosso menino, será só uma pergunta sem literatura: ‘Vou não vou?’ (SARAMAGO, 2001, p.9)

O sujeito discursivo finaliza seu texto afirmando que não sabe contar história para crianças, no entanto, perguntamos: será que ele realmente não sabe contar histórias? Observaremos a próxima citação:

Esse era o conto que eu queria contar. Tenho muita pena de não saber escrever histórias para crianças. Mas ao menos ficaram sabendo como a história seria, e poderão conta-la doutra maneira, com palavras mais simples do que as minhas, e talvez mais tarde venham a saber escrever histórias para as crianças... (SARAMAGO, 2001, p.26)

De acordo com Goés (1991) o primordial em um livro para crianças é a sua qualidade de emoção e o elo que estabelece com ela. No decorrer da leitura do livro saramaguiano percebemos claramente que, apesar das dificuldades apontadas pelo seu narrador, seu discurso consegue atingir um público infante juvenil, pois sua linguagem é carregada de emoção e sensibilidade.

Uma pausa na discussão ...finalizando

Não precisamos de livros que falem que o bem vence o mau, mas sim livros que tragam em sua constituição elementos que estimulem a sensibilidade das crianças, entretanto, muitos sujeitos acreditam nessa “verdade”. Como afirma Goés (1991) a literatura infante juvenil esta em mutação, não apresentando uma forma predeterminada. O narrador, apesar de mencionar um saber já estabelecido acerca do fazer literário, rompe com o mesmo, pois apresenta outra forma de construir o texto literário, no qual as palavras podem ser mais complicadas, pois temos no livro a indicação do uso do dicionário e a “moral da história” rompe com a expectativa do leitor, uma vez que apresenta outra possibilidade para ela, como já mencionamos de acordo com Goés (1991) a moral da história deve evitar o caráter moralizador, no qual a virtude é sempre ressaltada e o vício é punido, “quando depois passava pelas ruas, as pessoas diziam que ele saíra da aldeia para ir fazer uma coisa que era muito maior que o seu tamanho e do que todos os tamanhos. Essa é a moral da história.” (SARAMAGO, 2001, p.23)

Os enunciados analisados no decorrer do artigo apontam para um saber acerca da literatura que infelizmente reduz, em algumas situações, sua capacidade de produção, pois de acordo com Goés (1991, p.15), “Literatura Infantil é linguagem carregada de significados até máximo grau possível e dirigido ou não às crianças, mas que responde às exigências que lhes são próprias”. Ainda de acordo com a autora o livro deve estimular as crianças e não limitar o seu conhecimento.

A partir dessas observações, concluímos que o sujeito discursivo que exerce a função de narrador apresenta em seu discurso marcas acerca de um saber constituído historicamente sobre a literatura infanto juvenil que não leva em conta a essência da literatura que “procura despertar na criança emoção e prazer pelo interesse do narrado: oral ou escrito.”(GOÉS, 1991, p.15) Entretanto, apesar dele tecer essas considerações, que são tomadas como “verdades” absolutas por muitos, ele não as leva em consideração no momento da elaboração da história, pois ele rompe com esse saber tradicional e traz outra “estrutura” para o seu texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, C, A. *Análise do Discurso: reflexões introdutórias*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FOUCAULT, M.A *Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GOÉS, L. P. *Introdução à literatura infantil e juvenil*. São Paulo: Pioneira, 1991.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

REVEL, J. *Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

SARAMGO, J. *A maior flor do mundo*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2001.